

## Sistema Elétrico 2011

# Assembléia vai definir próximos passos da Campanha

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) teve reuniões ontem e hoje em Brasília, com o objetivo de fazer avaliação da paralisação de 48 horas em nível nacional, que pelo que se sabe foi um sucesso.

Hoje, continuam os contatos com parlamentares e membros dos ministérios de Minas e Energia e Planejamento, buscando novos canais de negociação e uma eventual saída negociada para o impasse criado pelos representantes da holding Eletrobras, que se recusaram a negociar a pauta de reivindicações como um todo.

A base Rio deu um exemplo de unidade e mobilização que deve ser mantido durante toda a Campanha Salarial.

O CNE vai ter nova reunião de avaliação após os contatos com parlamentares e membros dos ministérios para a partir daí dar um indicativo dos próximos passos da Campanha Salarial.

O momento é de uma reflexão profunda sobre o cenário nacional e a aparente distorção dos motivos que levam ao cenário que ameaça aumentar a inflação no País.

Economia de mercado só funciona com salários valorizados e com poder de compra para movimentar os setores industrial e comercial.

Apesar do discurso neoliberal propagado pela grande imprensa, foi a política de valorização dos salários do governo Lula que possibilitou que o País enfrentasse a crise que começou nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo sem maiores sobressaltos.

Infelizmente, a posição dos representantes da holding parece acompanhar o discurso neoliberal de que aumento de salário causa inflação, contrariando a realidade.

Na Assembléia que está sendo convocada para quinta-feira serão dados todos os informes dos resultados dos contatos feitos em Brasília pelo CNE e da avaliação em nível nacional sobre como deve ser conduzida a Campanha Salarial de agora em diante.

Essa Assembléia deve ser encarada como um divisor de águas desta Campanha, porque é a partir dela que vão ser definidos o perfil e o tamanho da luta que vamos empreender.

A direção do Sintergia tem feito todos os esforços pelo diálogo, mas já mostrou que sabe conduzir a luta quando necessário.

O panorama atual mostra que é lamentável o papel desempenhado pelo presidente da holding e demais presidentes das empresas do Sistema Elétrico, seja por omissão, seja por não defenderem trabalhadores(as) que já demonstraram sua capacidade e comprometimento com a sociedade em diversos momentos.

Juntamente com o CNE, o Sindicato está buscando todas as formas possíveis de uma solução negociada.

A luta, se vier, será conduzida com responsabilidade.

Neste momento, mais do que nunca, nossa unidade e capacidade de mobilização são fundamentais.

Todos à Assembléia!

É hora de decisão!

## Assembléia

**Dia 28 de julho de 2011, às 18 horas**  
**No Auditório do Sintergia**  
**Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar**

# Inclusão de pessoas com deficiência ganha mais espaço em sindicatos CUTistas

A formação e a acessibilidade para trabalhadores com deficiência vem sendo incorporada por sindicatos para além de itens da pauta de reivindicações dessas entidades. Se remuneração justa, melhores condições de trabalho e jornadas menos extenuantes já eram demandadas em negociações com as empresas, os sindicatos agora buscam ampliar a inclusão desses grupos em decisões das categorias.

Para o presidente do Sindquímicos, Antonio Silvan Oliveira, a qualidade do atendimento às pessoas surdas tende a melhorar com as ações de inclusão. "O resultado foi bem além da expectativa. É a integração dos funcionários dos diversos departamentos que prova a inclusão tão batalhada nos postos de trabalho", analisa o dirigente.

Os bancários da capital paulista com deficiência visual recebem, desde abril deste ano, edições em braile da Folha Bancária, informativo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. A publicação é quinzenal e distribuída aos trabalhadores sob encomenda. A divulgação é feita na medida em que os bancários indicam os colegas com deficiência visual. Nos exemplares da tiragem segmentada, o conteúdo é impresso também em um corpo maior de letras, para pessoas com baixa visão.

De acordo com a presidenta da entidade, Juvandia Moreira, todos os setores devem garantir a acessibilidade de seus funcionários. Por um lado, a categoria tem reivindicações junto aos bancos de igualdade de oportunidades na ascensão profissional. De outro, estão as medidas internas, adotadas pela própria entidade.

Entre as ações nesse sentido, ela destaca adaptações na Quadra dos Bancários, onde são realizadas assembleias da categoria. O local recebeu elevadores para que os cadeirantes possam participar. Todo o processo tem tradução simultânea em Libras, para contemplar surdos.

## **Desafios para a inclusão**

Para o secretário de Políticas Sociais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Expedito Solaney, a garantia de acessibilidade a pessoas com deficiência ainda depende de um longo caminho. A formação da sociedade ainda é insuficiente e a educação desde os primeiros anos escolares precisaria avançar. "Estamos lutando para que o Plano Nacional de Educação e o Ministério da Educação fortaleçam a ação, garantido inclusão, o que começa pela publicação de material didático em braile e formação em Libras", pontua.

O dirigente conta que a CUT trabalha em conjunto com o Coletivo Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência para ajudar a implantar a prática com os sindicatos de diversas categorias. "Este trabalho tem desempenhado uma importante tarefa, pautando a educação inclusiva", diz. "Quanto aos sindicatos, estamos pautando a acessibilidade física à todos os filiados da CUT e sedes estaduais. Eles devem fazer reformas e garantir acessibilidade como requisito mínimo." trabalhadores com deficiência. A lei completou duas décadas neste domingo (24), mas ainda é descumprida.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que aproximadamente 25 milhões de pessoas no país têm algum tipo de deficiência, das quais 10 milhões delas estão na região Sudeste. Uma das preocupações dos sindicalistas relaciona-se ao fato de que as empresas preferem contratar pessoas com deficiências "leves", que exijam menos adaptações.

Os cadeirantes, por exemplo, necessitam mudanças maiores, estendidas até às estações de trabalho – além de alterações em corredores, banheiros, vestiários etc. A restrição serviria, segundo os sindicalistas, para não precisar se deparar com esse tipo de exigência que demanda investimento maior.